

# PRINCÍPIOS DO UNIDROIT: INTERNACIONALIZAÇÃO E UNIFICAÇÃO DO DIREITO COMERCIAL INTERNACIONAL

Ettore Botteselli

Sumário: 1. Introdução. 2. Princípios do UNIDROIT. 2.1. Liberdade contratual. 2.2. Liberdade de forma. 2.3. Força obrigatória do contrato. 2.4. Normas imperativas. 2.5. Exclusões ou modificações efetuadas pelas partes. 2.6. Interpretação e integração dos Princípios. 2.7. Boa-fé. 2.8. Comportamento contraditório. 2.9. Usos, costumes e práticas. 2.10. Notificação. 2.11. *Favor Contractus*. 3. Conclusão.

Resumo: O crescimento do comércio internacional torna evidente a necessidade de se consolidar e unificar a forma de interpretação das normas e regras que regem o comércio internacional, conforme proposto pela Convenção das Nações Unidas para a Compra e Venda Internacional de Mercadorias. Os Princípios do UNIDROIT surgem nesse mesmo caminho, atuando como um verdadeiro guia para o desenvolvimento e crescimento do comércio internacional, assegurando uma interpretação uniforme e internacional das normas e dos contratos, conferindo maior segurança as relações do comércio internacional.

Palavras Chave: Comércio Internacional. Princípios do UNIDROIT. Normas. CISG. Interpretação. Uniformização. Internacionalização.

Abstract: The growth of international trade makes clear the need to consolidate and unify the form of interpretation of the rules and regulations governing the international trade, as proposed by the United Nations Convention for the International

Sale of Goods. The UNIDROIT's Principles arises in the same way, acting as a true guide for the development and growth of international trade, ensuring a uniform international interpretation of the rules and contracts, providing greater security for the international trade relations.

Keywords: International Commerce. UNIDROIT's Principles. Rules. CISG. Interpretation. Uniformization. Internacionalization.

## 1. INTRODUÇÃO



Convenção das Nações Unidas para a Compra e Venda Internacional de Mercadorias, também conhecida pela sua sigla em inglês, CISG (*Convention for International Sale of Goods*), foi aprovada em 11 de abril de 1980. Todavia, a comunidade internacional tem buscado uniformizar as regras relacionadas à compra e venda internacional de mercadorias desde a década de 1930.

No caminho de buscar a uniformização do direito comercial internacional, o Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado – UNIDROIT foi criado em 1926 como um órgão auxiliar da Liga das Nações.

Trata-se de uma organização intergovernamental independente, sediada em Villa Aldobrandini (Roma), cujo propósito é pesquisar as necessidades e os métodos para modernizar e harmonizar as relações comerciais internacionais entre partes privadas e Estados e, por meio da criação de regras e princípios, uniformizar a relação entre tais entidades. Atualmente, o UNIDROIT possuiu 63 Estados-Membros, dentre os quais o Brasil.

Antes da aprovação da CISG, a comunidade internacional teve duas experiências frustrantes na tentativa de uniformi-

zar as regras do comércio internacional, podemos destacar, a título exemplificativo, a Conferência de Haia, onde duas convenções foram propostas, sendo a primeira a Lei Uniforme para Venda Internacional de Mercadorias (*Uniform Law on the International Sales of Goods – ULIS*) e a Lei Uniforme para a Formação dos Contratos de Venda Internacional de Mercadorias (*Uniform Law on the Formation of Contracts for the International Sale of Goods*). Os dois textos passaram a vigorar em 1972, no entanto, apenas nove países ratificaram as convenções.

Após a aprovação da CISG em 1980, outro importante marco para uniformização do direito internacional privado foi à publicação pelo UNIDROIT dos Princípios do UNIDROIT para Contratos Internacionais, em 1994, sendo que a sua última atualização ocorreu em 2010.

Ainda que o texto da CISG já abarcasse tais princípios, o UNIDROIT consolidou os princípios do comércio internacional, por meio de um texto com 185 artigos, que consolidou a forma de interpretação dos contratos comerciais internacionais, evitando interpretações errôneas e tendenciosas.

O presente trabalho possuiu o escopo de demonstrar os principais princípios do UNIDROIT, que norteiam a interpretação dos contratos comerciais internacionais, permitindo a unificação e, principalmente a internacionalizando das regras que regem o comércio internacional.

## 2. PRINCÍPIOS DO UNIDROIT

Dentre os princípios mais importantes do UNIDROIT, que norteiam o comércio internacional e estão presentes no texto da CISG, podemos ressaltar: Liberdade contratual, Liberdade de forma, Força obrigatória do contrato (*pacta sunt servanda*); Normas imperativas (*jus cogens*); Exclusões ou modificações efetuadas pelas partes; Interpretação dos Princípios;

Boa-fé; Comportamento contraditório (*venire contra factum proprium*); Usos, costumes e práticas; Notificação; e Preservação do contrato.

## 2.1. LIBERDADE CONTRATUAL

A liberdade contratual é um dos princípios mais importantes do comércio internacional, pois confere as partes a autonomia para celebrarem um contrato e definirem o seu conteúdo<sup>1</sup>. O princípio da liberdade contratual está pautado pelo direito das partes decidirem de forma livre com quem irão contratar e oferecer os seus produtos, bem como em escolherem os termos e obrigações que irão reger o negócio jurídico. O presente princípio também pauta a liberdade de competição, pois assegura a liberdade de escolha seja do comprador, seja do vendedor, em celebrar determinado contrato.

É interessante pontuar que mesmo com a liberdade contratual conferida às partes, existem alguns limites que devem ser observados, tal como a ordem pública.

Todavia, alguns Estados, em razão dos seus princípios basilares ou em decorrência de fatores econômicos, impõem algumas exceções à liberdade de contratar. O Brasil, por exemplo, por meio do artigo 104 do Código Civil, estabelece que a validade do negócio jurídico está condicionada ao cumprimento dos seguintes requisitos:

Art. 104. A validade do negócio jurídico requer:

I - agente capaz;

II - objeto lícito, possível, determinado ou determinável;

III - forma prescrita ou não defesa em lei<sup>2</sup>.

Tal exemplo ilustra que a autonomia conferida às partes

---

<sup>1</sup> “Article 1.1. – Freedom of Contract: The parties are free to enter into a contract and determine its content”. *UNIDROIT PRINCIPLES*, 2010.

<sup>2</sup> BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2014.

possui algumas limitações, as quais devem ser obedecidas para que o negócio jurídico possa ser considerado válido. Esses limites podem decorrer tanto da esfera nacional quanto da esfera internacional, uma vez que também existe uma ordem pública internacional.

Ainda, outro ponto ilustrativo em nosso ordenamento pátrio é a regra prevista no artigo 421 do Código Civil<sup>3</sup>, a qual limita a liberdade contratual na função social do contrato.

Nesse sentido, a autonomia da vontade, que norteia o princípio da liberdade contratual, confere as partes uma autonomia sobre as suas relações jurídicas e sobre os negócios jurídicos celebrados, contudo, tal liberdade possui um limite, que deve ser observado tanto no âmbito nacional quanto no internacional.

## 2.2. LIBERDADE DE FORMA

O princípio da liberdade de forma<sup>4</sup> está diretamente atrelado ao princípio da liberdade contratual, pois as partes possuem a autonomia de determinar a forma pela qual irão celebrar o negócio jurídico, sem a necessidade de se observar determinada forma ou regra.

Tal princípio está contido na CISG<sup>5</sup>, com uma redação

---

<sup>3</sup> “Art. 421. A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato. BRASIL”. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2014.

<sup>4</sup> “Article 1.2. – No form required: Nothing in these Principles requires a contract, statement or any other act to be made in or evidenced by a particular form. It may be proved by any means, including witnesses”. *UNIDROIT PRINCIPLES*, 2010.

<sup>5</sup> “Artigo 11. O contrato de compra e venda não requer instrumento escrito nem está sujeito a qualquer requisito de forma. Poderá ele ser provado por qualquer meio, inclusive por testemunhas”. BRASIL. *Decreto nº 8.327, de 16 de outubro de 2014*. Promulga a Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda de Mercadorias – Uncitral, firmada pela República Federativa do Brasil, em Viena, em 11 de abril de 1980. Disponível em:

bastante semelhante ao do UNIDROIT, pois estabelece que o contrato de compra e venda internacional pode ser provado por diversos meios, seja pela forma verbal ou escrita e, ainda, por testemunhas.

Em razão da liberdade contratual e a autonomia da vontade, o consenso e o acordo obtido entre as partes é tido como suficiente para formação de um determinado negócio jurídico.

Isso decorre, em razão da agilidade com a qual os negócios são realizados, vez que as partes não podem esperar para formalizar todo e qualquer entendimento, sob o risco de perderem o negócio. Assim a formação e o término de um contrato envolvem conversas telefônicas, trocas de e-mails, contratos escritos, reuniões, dentre outras formas de comunicação existentes atualmente.

Importante salientar que o princípio da liberdade de forma não se aplica apenas aos meios para a conclusão do contrato, mas também quanto ao seu término.

O princípio da liberdade de forma realça a ideia da real intenção das partes, pois permite uma análise mais abrangente, não se restringindo apenas ao contrato escrito celebrado entre as partes.

Ressalta-se que o Código Civil Brasileiro, por meio do seu artigo 107<sup>6</sup>, corrobora o entendimento internacional, ao não impor uma forma determinada para validade do negócio jurídico.

Por outro lado, existem algumas regras em sentido contrário, tanto na esfera nacional quanto na internacional. Podemos mencionar, por exemplo, os requerimentos para validade

---

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20112014/2014/Decreto/D8327.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2014/Decreto/D8327.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2014.

<sup>6</sup> “Art. 107. A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir”. BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2014.

da cláusula arbitral, escolha de foro, dentre outros negócios jurídicos que exigem forma específica para sua validade.

### 2.3. FORÇA OBRIGATÓRIA DO CONTRATO (PACTA SUND SERVANDA)

O princípio do *pacta sund servanda*<sup>7</sup> ressalta o caráter vinculativo que o contrato gera entre as partes, ou seja, o contrato faz lei entre as partes. O contrato é irretroatável, não sendo possível qualquer revisão ou aditivo em seu texto, por qualquer das partes de forma individual, ou por qualquer juiz ou árbitro. O contrato só poderá ser alterado pelo consenso mutuo das partes.

Não obstante a força vinculativa e obrigatória do instrumento contratual, algumas exceções são aceitas, em especial as relacionadas à teoria da imprevisão (*rebus sic stantibus*). Tal teoria está atrelada ao princípio do equilíbrio contratual e da onerosidade excessiva, que protegem as partes quanto à ocorrência de algum fato superveniente que altera de forma substancial a relação jurídica estabelecida inicialmente.

O nosso ordenamento jurídico positivou a teoria de imprevisibilidade, por meio dos artigos 478<sup>8</sup> e 480<sup>9</sup> do Código

---

<sup>7</sup> “Article 1.3. – Binding character of contract: A contract validly entered into is binding upon the parties. It can only be modified or terminated in accordance with its terms or by agreement or as otherwise provided in these Principles”. *UNIDROIT PRINCIPLES*, 2010.

<sup>8</sup> “Art. 478. Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data da citação”. BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2014.

<sup>9</sup> “Art. 480. Se no contrato as obrigações couberem a apenas uma das partes, poderá ela pleitear que a sua prestação seja reduzida, ou alterado o modo de executá-la, a fim de evitar a onerosidade excessiva”. BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Disponível em:

Civil.

Um ponto interessante em relação ao princípio do *pacta sunt servanda* são as cláusulas de *hardship*<sup>10</sup>, que permitem a renegociação do contrato, quando este perde o seu escopo, quebrando assim a sua rigidez.

#### 2.4. NORMAS IMPERATIVAS (JUS COGENS)

O princípio do *jus cogens*<sup>11</sup> está ligado ao princípio da autonomia da vontade, pois é justamente o limite à liberdade de contratar.

De acordo com o supramencionado, a liberdade contratual é relativa, existindo alguns limites, em especial a ordem pública e os bons costumes. A própria Convenção de Nova York sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras, por meio do seu artigo V, item 2, alíneas "a" e "b"<sup>12</sup>, estabelece tais requisitos como condição para o reconhecimento e a execução de um laudo arbitral estrangeiro.

A ordem pública, além de ser um princípio de caráter internacional, também é reconhecida pelos ordenamentos jurí-

---

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2014.

<sup>10</sup> GLITZ, Frederico Eduardo Zenedin. DOS SANTOS, Thaysa Prado Ricardo. *A Cláusula de Hardship e o Equilíbrio Contratual – Uma Fórmula de Justiça e Democracia Contratual?*

<sup>11</sup> "Article 1.4. – Mandatory rules: Nothing in these Principles shall restrict the application of mandatory rules, whether of national, international or supranational origin, which are applicable in accordance with the relevant rules of private international law". *UNIDROIT PRINCIPLES*, 2010.

<sup>12</sup> "Artigo V, 2. O reconhecimento e a execução de uma sentença arbitral também poderão ser recusados caso a autoridade competente do país em que se tenciona o reconhecimento e a execução constatar que: a) segundo a lei daquele país, o objeto da divergência não é passível de solução mediante arbitragem; ou b) o reconhecimento ou a execução da sentença seria contrário à ordem pública daquele país". BRASIL. *Decreto nº 4.311, de 23 de julho de 2002*. Promulga a Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4311.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4311.htm)>. Acesso em: 21 nov. 2014.



dicos nacionais, vez que buscam proteger os costumes e os seus princípios basilares de cada Estado.

Tendo em vista o caráter não vinculante dos Princípios do UNIDROIT, assim como o caráter privado e não legislativo dos contratos, tais instrumentos não podem prevalecer sobre as regras mandatórias nacionais e internacionais.

As regras imperativas tratadas por esse artigo dos Princípios do UNIDROIT decorrem em sua maioria da legislação nacional, como também de princípios gerais de ordem pública.

Os Princípios do UNIDROIT são diretrizes, que em inglês são denominadas de “*soft law*” e, portanto, não podem prevalecer sobre as normas positivadas e os princípios de ordem pública.

No entanto, no caso de uma disputa trazida perante um tribunal arbitral, tendo os princípios como lei aplicável ao contrato, os princípios não mais encontram as barreiras impostas pelas regras mandatórias, conforme abaixo descrito:

Where, as may be the case if the dispute is brought before an arbitral tribunal, the Principles are applied as the law governing the contract (see Comment 4 lit. (a), fourth paragraph, to the Preamble), they no longer encounter the limit of the ordinary mandatory rules of any domestic law. As far as the overriding mandatory rules of the forum State or of other countries are concerned, the application basically depends on the circumstances of the case. Generally speaking, since in international arbitration the arbitral lacks a predetermined *lex fori*, it may, but is under no duty to, apply the overriding mandatory rules of the country on the territory of which it render the award. In determining whether to take into consideration the overriding mandatory rules of the forum State or of any other country with which the case at hand has a significant connection, the arbitral tribunal, bearing in mind its task to “make every effort to “make sure that the Award is enforceable at law” (so expressly e.g. Article of the 1998 ICC Arbitration Rules), may be expected to pay particular attention to the overriding mandatory rules of those countries where enforcement of the award is likely to be sought. Moreover, the arbitral tribunal may consider it necessary to apply those

overriding mandatory rules that reflect principles widely accepted as fundamental in legal systems throughout the world (so-called “transnational public policy” or “ordure public transnational”)<sup>13</sup>

## 2.5. EXCLUSÕES OU MODIFICAÇÕES EFETUADAS PELAS PARTES

O presente princípio<sup>14</sup> ressalta o caráter não mandatório (*soft law*) do texto do UNIDROIT, podendo as partes, a sua livre escolha, escolher pela não aplicação de tais dispositivos, seja total ou em parte. Tal previsão tem o objetivo de permitir que as regras se adaptem aos interesses e as necessidades das partes.

A exclusão da aplicação de determinadas regras pode tanto ocorrer de forma tácita quanto expressa. A forma mais segura de exclusão ou escolha quanto à aplicação de determinada regra é por meio expreso, mas a forma tácita também é aceita e interpretada em razão das cláusulas contratuais que são contraditórias a tal regra.

Ressalta-se, entretanto que mesmo permitindo determinados ajustes e exclusões pelas partes, os Princípios do UNIDROIT possuem algumas regras que são vinculativas, por exemplo, o artigo 1.7, que trata da boa-fé e será abordado em seguida. Normalmente os artigos considerados mandatórios estão assim previstos no texto dos Princípios do UNIDROIT.

O título comparativo, a CISG, por meio do seu artigo 6<sup>15</sup>, também confere às partes a liberdade de derogarem a apli-

---

<sup>13</sup> Article 1.4. Comment 4. Mandatory rules applicable in case of reference to the Principles as law governing the contract. *UNIDROIT PRINCIPLES*, 2010. Pág. 13.

<sup>14</sup> “Article 1.5. – Exclusion or modification by the parties: The parties may exclude the application of these Principles or derogate from or vary the effect of any of their provision, except as otherwise provided in the Principles”. *UNIDROIT PRINCIPLES*, 2010.

<sup>15</sup> “Artigo 6. As partes podem excluir a aplicação desta Convenção, derogar qualquer de suas disposições ou modificar-lhes os efeitos, observando-se o disposto

cação de algumas das suas provisões, permitindo ajustarem as regras contidas no texto da convenção de acordo com o seus interesses.

## 2.6. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS PRINCÍPIOS

Trata-se de um dos princípios<sup>16</sup> mais importantes do direito internacional privado, pois confere o caráter uniforme e internacional a interpretação dos Princípios do UNIDROIT.

Isso porque, em razão das mais diferentes culturas, costumes, ordenamentos jurídicos, torna-se impraticável a aplicação dos princípios e regras do direito nacional de cada Estado, uma vez que cada um possui as suas próprias particularidades. Portanto, a aplicação da lei doméstica de um determinado Estado deve ser aplicada apenas em última hipótese.

Dentro desse contexto, o direito internacional privado deve ser pautado pelas práticas, usos e costumes da comunidade internacional como um todo e não de um Estado em detrimento dos demais. Os princípios devem ser interpretados como um todo, considerando seu aspecto internacional:

As to the purposes of the Principles as a whole, this Article, in view of the fact that the Principles' main objective is to provide a uniform frame work for international commercial contracts, expressly refers to the need to promote uniformity in

---

no Artigo 12". BRASIL. *Decreto nº 8.327, de 16 de outubro de 2014*. Promulga a Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda de Mercadorias – Uncitral, firmada pela República Federativa do Brasil, em Viena, em 11 de abril de 1980.

Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20112014/2014/Decreto/D8327.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2014/Decreto/D8327.htm)>.  
Acesso em: 20 nov. 2014.

<sup>16</sup> "Article 1.6. – Interpretation and supplementation of the Principles: (1) In the interpretation of these Principles, regard is to be had to their international character and to their purposes including the need to promote uniformity in their application; (2) Issues within the scope of these Principles but not expressly settled by them are as far as possible to be settled in accordance with their underlying general principles". *UNIDROIT PRINCIPLES*, 2010.

their application, i.e. to ensure that in the practice they are to the greatest possible extent interpreted and applied in the same way in different countries<sup>17</sup>.

Por essa razão, ao se analisar o direito internacional privado deve ser afastar o direito nacional. Por exemplo, um juízo ao julgar um caso de comércio internacional, tendo a CISG como lei aplicável, não pode se valer do seu direito nacional, ele deve analisar doutrinas internacionais, julgados internacionais e práticas internacionais.

No mesmo caminho da internacionalização, deve ocorrer a uniformização, permitindo a criação de diretrizes básicas e uniformes, compatíveis com os usos, costumes e práticas do direito comercial internacional.

A CISG é justamente a positivação da uniformização do direito internacional, assim como os Princípios do UNIDROIT, conciliando diferentes sistemas jurídicos e ordenamentos em apenas um diploma. Portanto, tais princípios visam que os dispositivos e regras do direito internacional privado sejam interpretados em um caráter internacional e uniforme, afastando qualquer influência do direito nacional.

## 2.7. BOA-FÉ

A boa-fé é<sup>18</sup> um dos alicerces do direito internacional privado. A boa-fé estabelece que a lealdade contratual deve sempre prevalecer entre as partes no comércio internacional. A relação entre as partes deve ser baseada na confiança mútua, prevalecendo o interesse mutuo sobre o particular.

A importância do princípio da boa-fé no comércio internacional é tamanha que os próprios Princípios do UNI-

---

<sup>17</sup> “Article 1.6. Comment 3. Purpose of the Principles”. *UNIDROIT PRINCIPLES*, 2010. Pág. 17.

<sup>18</sup> “Article 1.7. – Good faith and fair dealing: (1) Each party must act in accordance with good faith and fair dealing in international trade; (2) The parties may not exclude or limit this duty”. *UNIDROIT PRINCIPLES*, 2010.

DROIT estabelecem que as partes contratantes em contrato de comércio internacional, não podem revogar a aplicação do princípio da boa-fé.

O instituto da boa-fé busca evitar o abuso de direitos e comportamento malicioso, impedindo que uma determinada parte se beneficie em detrimento da outra.

Salienta-se que no presente caso, o princípio da boa-fé deve ser construído de acordo com as circunstâncias do comércio internacional, não considerando aspectos nacionais de determinados Estados.

A CISG também adota o princípio da boa-fé de forma expressa em seu texto, conforme previsto em seu artigo 7 (1), o qual estabelece:

Artigo 7. (1) Na interpretação desta Convenção ter-se-ão em conta seu caráter internacional e a necessidade de promover a uniformidade de sua aplicação, bem como de assegurar o respeito à boa fé no comércio internacional<sup>19</sup>.

Ainda, o nosso ordenamento jurídico também está pautado pela boa-fé, conforme determina o artigo 422<sup>20</sup> do Código Civil.

## 2.8. COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO (VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM)

O princípio da proibição do comportamento contraditório

---

<sup>19</sup> BRASIL. *Decreto nº 8.327, de 16 de outubro de 2014*. Promulga a Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda de Mercadorias – Uncitral, firmada pela República Federativa do Brasil, em Viena, em 11 de abril de 1980. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20112014/2014/Decreto/D8327.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2014/Decreto/D8327.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2014.

<sup>20</sup> “Art. 422. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé”. BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2014.

rio<sup>21</sup>, também conhecido como *nemo potest venire contra factum proprium*, tem o escopo de proibir o comportamento contraditório.

Trate-se de um princípio vinculado ao princípio da boa-fé, pois proíbe que determinada parte “*venha contra fato próprio após haver incutido expectativa razoável em outrem de boa-fé, que age em consequência de tal comportamento, em seu próprio detrimento*”<sup>22</sup>.

## 2.9. USOS, COSTUMES E PRÁTICAS.

O princípio dos usos e práticas<sup>23</sup> está vinculado ao princípio da liberdade de forma, pois chancela que as práticas e usos adotados pelas partes são vinculantes. Portanto, não apenas o contrato deve ser considerado ao se analisar a vontade das partes, mas também os usos, costumes e práticas adotadas entre as partes.

A ideia do princípio dos usos e das práticas é reforçar a real intenção das partes ao celebrarem determinado contrato.

O presente princípio em conjunto com o princípio da liberdade de forma estabelece que a relação jurídica entre as partes não está regulada apenas pelo contrato, mas sim pelo comportamento adotado, pelas ações e omissões, e pelos usos e práticas das partes envolvidas. Caso as partes não queiram que os usos, costumes e práticas não sejam vinculantes, devem es-

---

<sup>21</sup> “Article 1.8. – Inconsistent behavior: A party cannot act inconsistently with an understanding it has caused the other party to have and upon which that other party reasonably has acted in reliance to its detriment”. *UNIDROIT PRINCIPLES*, 2010.

<sup>22</sup> MARTINS, Amanda Athayde Linhares. LOPES, Luiz Felipe Calábria. *A Interpretação de Contratos Internacionais segundo a CISG: uma análise comparativa com o Código Civil Brasileiro, à luz dos Princípios do UNIDROIT*.

<sup>23</sup> “Article 1.9. – Usages and practices: (1) The parties are bound by any usage to which they have agreed and by any practices which they have established between themselves; (2) The parties are bound by a usage that is widely known to and regularly observed in international trade by parties the particular trade concerned expect where the application of such a usage would be unreasonable”. *UNIDROIT PRINCIPLES*, 2010.

tabelecer isso de forma expressa.

O princípio dos usos e práticas não se vincula apenas as relações contratuais específicas, mas também as práticas e usos do comércio internacional. Tal princípio deve ser analisado de uma forma abrangente. Ressalta-se, todavia, que os usos e práticas não comuns não podem ser considerados como vinculantes, pois precisam ser usos e práticas de notório conhecimento da comunidade envolvida no comércio internacional.

A CISG também corrobora tal princípio, uma vez que estabelece o seguinte:

Artigo 8. (1) Para os fins desta Convenção, as declarações e a conduta de uma parte devem ser interpretadas segundo a intenção desta, desde que a outra parte tenha tomado conhecimento dessa intenção, ou não pudesse ignorá-la; (2) Não sendo caso de aplicação do parágrafo anterior, as declarações e a conduta de uma parte devem ser interpretadas segundo o sentido que lhes teria dado uma pessoa razoável, com a mesma qualificação e nas mesmas circunstâncias da outra parte; (3) Para determinar a intenção de uma parte, ou o sentido que teria dado uma pessoa razoável, devem ser consideradas todas as circunstâncias pertinentes ao caso, especialmente negociações, práticas adotadas pelas partes entre si, usos e costumes e qualquer conduta subsequente das partes<sup>24</sup>.

## 2.10. NOTIFICAÇÃO

A presente regra<sup>25</sup> buscar simplificar qualquer procedi-

---

<sup>24</sup> BRASIL. *Decreto nº 8.327, de 16 de outubro de 2014*. Promulga a Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda de Mercadorias – Uncitral, firmada pela República Federativa do Brasil, em Viena, em 11 de abril de 1980. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20112014/2014/Decreto/D8327.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2014/Decreto/D8327.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2014.

<sup>25</sup> “Article 1.10. – Notice: (1) Where notice is required it may be given by any means appropriate to the circumstances; (2) A notice is effective when it reaches the person to whom it is given; (3) For the purpose of paragraph (2) a notice “reaches” a person when given to that person orally or delivered at that person’s place of business or mailing address; (4) For the purpose of this Article “notice” includes a declaration, demand, request or any other communication of intention”. *UNIDROIT*

mento formal envolvendo a comunicação entre as partes em um negócio jurídico de caráter internacional.

O artigo 1.10 dos Princípios do UNIDROIT estabelece que a notificação deve ser realizada de acordo com as práticas e usos adotados em determinadas circunstâncias. Prevê ainda que a notificação se torna efetiva quando alcança o seu destinatário.

As regras envolvendo a simplificação dos procedimentos de notificação e comunicação entre as partes se relaciona a outros princípios já descritos neste trabalho, tais como da boa-fé, liberdade de forma, liberdade contratual, usos e práticas. Isso porque, as regras de comunicação são simples, realçando o relacionamento que deve existir entre as partes, as práticas adotadas e as condições que envolvem o negócio realizado.

O caráter informal que reveste as notificações também é tratado no texto da CISG, em seus artigos 23 e 24<sup>26</sup>, ao conferirem às partes a liberdade de regularem a relação comercial e a comunicação entre elas da forma que julgarem mais adequado.

## 2.11. *FAVOR CONTRACTUS*

Ainda, gostaria de abordar o princípio do *favor contractus*, o qual busca a preservação do contrato, pois defende que a sua manutenção confere mais vantagens às partes do que o seu

---

*PRINCIPLES*, 2010.

<sup>26</sup> “Artigo 23. Considerar-se-á concluído o contrato no momento em que a aceitação da proposta se tornar eficaz, de acordo com as disposições desta Convenção. [...]”

Artigo 24. Para os fins desta Parte da Convenção, se considerará que a proposta, a manifestação de aceitação ou qualquer outra manifestação de intenção “chega” ao destinatário quando for efetuada verbalmente, ou for entregue pessoalmente por qualquer outro meio, no seu estabelecimento comercial, endereço postal, ou, na falta destes, na sua residência habitual”. BRASIL. *Decreto nº 8.327, de 16 de outubro de 2014*. Promulga a Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda de Mercadorias – Uncitral, firmada pela República Federativa do Brasil, em Viena, em 11 de abril de 1980. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20112014/2014/Decreto/D8327.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2014/Decreto/D8327.htm)>.

Acesso em: 21 nov. 2014.



término prematuro. Logo, este princípio buscar manter o contrato mesmo na ocorrência de eventual descumprimento ou deficiência.

No mesmo sentido, a CISG confere uma série de ferramentas para preservar a relação contratual entre as partes, antes de permitir a resolução contratual.

Por outro lado, em nosso ordenamento, podemos verificar que a resolução contratual é mais simples, bastando ocorrer o descumprimento por uma das partes, que a outra parte já passa a ter o direito de resolver a relação jurídica.

Dentro do escopo do princípio da preservação do contrato, podemos destacar as cláusulas de *hardship*, as quais atuam como válvulas de escape para evitar a inviabilidade do contrato e o seu consequente término<sup>27</sup>. A cláusula de *hardship* permite uma renegociação das condições do contrato, evitando assim a possível resolução do negócio de forma prematura, além de eventuais disputas arbitrais ou judiciais.

Por essa razão, a cláusula de *hardship* está vinculada ao princípio do *favor contractus* e se tornou uma importante ferramenta nos contratos do comércio internacional.

### 3. CONCLUSÃO

Em razão da diversidade cultural e dos mais diversos sistemas jurídicos existentes no mundo, a existência de conflitos se torna eminente e, portanto, a necessidade de um guia para pautar as relações comerciais internacionais se torna de suma importância.

Por essa razão, a positivação e o aprimoramento dos Princípios do UNIDROIT são importantes para o desenvolvimento do comércio internacional.

---

<sup>27</sup> GLITZ. Frederico Eduardo Zenedin. DOS SANTOS, Thaysa Prado Ricardo. *A Cláusula de Hardship e o Equilíbrio Contratual – Uma Fórmula de Justiça e Democracia Contratual?* Pág. 3.

Os Princípios do UNIDROIT, conforme destacado, tem o objetivo de sedimentar e unificar os preceitos que regem o direito do comércio internacional privado, estabelecendo regras e conceitos básicos, que atuam como bússola, evitando interpretações contraditórias e não uniformes.

Por meio dos Princípios do UNIDROIT, a uniformização e, consequentemente, a internacionalização das regras que regem o comércio internacional se tornam mais fortes, pois as conferem clareza e segurança, o que permite a verdadeira efetivação da ordem pública internacional.



## BIBLIOGRAFIA

- BATISTA, Luiz Olavo. *Dos contratos internacionais: uma visão teórica e prática*. São Paulo, Saraiva 1994.
- BONNEL, M.J. *The UNIDROIT Principles of International Commercial Contracts: Why? What? How?* In: Tulane Law Review, vol. 69, April 1995.
- GAMA Jr., Lauro. *Contratos internacionais à luz dos princípios do UNIDROIT 2005: soft law, arbitragem e jurisdição*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- NALINI, José Renato. *Ética geral e profissional*. 7ª Ed. rev. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
- NORONHA, Fernando. *O Direito dos contratos e seus princípios fundamentais: autonomia privada, boa-fé, justiça contratual*. São Paulo: Saraiva, 1994.
- REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. 25ª Ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.
- ROCCO, Alfredo. *Princípios de direito comercial*. 1ª Ed. Campinas: LZN Editora, 2003.

SCHLECHTRIEM, Peter. *Uniform Sales Law – The UN-Convention on Contracts for the International Sale of Goods*. Vienna: Manz, 1986.

## ARTIGOS

GLITZ, Frederico Eduardo Zenedin. DOS SANTOS, Thaysa Prado Ricardo. *A Cláusula de Hardship e o Equilíbrio Contratual – Uma Fórmula de Justiça e Democracia Contratual?*

MARTINS, Amanda Athayde Linhares. LOPES, Luiz Felipe Calábria. *A Interpretação de Contratos Internacionais segundo a CISG: uma análise comparativa com o Código Civil Brasileiro, à luz dos Princípios do UNIDROIT*.

TRIPODI, Leandro. *Interpretação da CISG: context, lex foris-mo, uniformidade e o intuito do legislador convencional*.

## CONVENÇÕES E TRATADOS

CISG. *United Nations Convention on Contracts for the International Sale of Goods* (Vienna, 1980).

New York Convention. *Convention on the Recognition and Enforcement of Foreign Arbitral Awards* (New York, 1958).

UCC. *Uniform Commercial Code*.

UNIDROIT. *Principles of International Commercial Contracts*. 2010.

## LEIS

BRASIL. *Decreto nº 8.327, de 16 de outubro de 2014*. Promulga a Convenção das Nações Unidas sobre

Contratos de Compra e Venda de Mercadorias – Uncitral, firmada pela República Federativa do Brasil, em Viena, em 11 de abril de 1980. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20112014/2014/Decreto/D8327.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2014/Decreto/D8327.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2014.

BRASIL. *Decreto nº 4.311, de 23 de julho de 2002*. Promulga a Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4311.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4311.htm)>. Acesso em: 21 nov. 2014.

BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2014.